



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Vila Rica
CNPJ 03.148.327/0001-01

81ª Sessão Ordinária à 23 de novembro de 2020.

81ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura

Em 23 de novembro de 2020

Segunda-Feira, com início às 20:00 horas.

I - Parte - Expediente

Para Leitura:

I - Regime de apreciação e votação

1 - Projeto de Lei Municipal nº. 065/2020 do Executivo, que dispõe sobre alteração parcial da Lei nº 1.483/2017 – Plano Plurianual 2018/2021 do município de Vila Rica, Estado de Mato Grosso e da outras providências. **Votado e aprovado em 1º turno por unanimidade**

2 - Emenda nº 004/2020 da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vila Rica – MT, que dispõe sobre Emenda Supressiva a parte da redação do Art. 6º e integralmente aos Artigos 8º, 9º, 10º e 12º do Projeto de Lei Municipal nº. 066/2020 do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Vila Rica – MT, para o exercício de 2021. **Votado e aprovado em 1º turno por unanimidade**

3 - Projeto de Lei Municipal nº. 066/2020 do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Vila Rica – MT, para o exercício de 2021. **Votado e aprovado com emenda em 1º turno por unanimidade**

4 - Projeto de Lei Municipal nº. 081/2020 do Executivo, que autoriza a abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município – Lei Orçamentária Anual de nº 1.675/2019, inserindo meta no Plano Plurianual Quadriênio 2018/2021 e Lei de Diretrizes Orçamentárias de nº 1.667/2019, exercício de 2020 e da outras providências. **Votado e aprovado por unanimidade**

5 - Projeto de Lei Municipal nº. 082/2020 do Executivo, que autoriza a abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município – LOA nº 1.675/2019, inserindo meta no Plano Plurianual Quadriênio 2018/2021 e Lei de Diretrizes Orçamentárias de nº 1.667/2019, exercício de 2020 e com criação de elementos de despesas por excesso de arrecadação e da outras providências. **Votado e aprovado por unanimidade**

6 - Projeto de Lei Municipal nº. 083/2020 do Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a prorrogar, por mais 06 (seis) meses, a contratação emergencial e temporária de que trata a Lei nº. 1.604/2019, prorrogada pela Lei nº 1.730/2020 a contratar servidores em caráter emergencial e por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
Votado e aprovado por unanimidade